

## *Melhoria no gasto Público no INSS: Alocação Eficiente de Recursos e Ampliação dos Serviços Previdenciários.<sup>1</sup>*

*Adelina Cristina Augusto Chaves  
Técnico do Seguro Social e Mestre em Economia*

A temática *accountability* democrática ou responsabilização política vem ganhando crescente espaço nos debates de políticas econômicas e de finanças públicas, considerando-se o inter-relacionamento de questões como: decisões políticas econômicas, elaboração do orçamento público ou definições de políticas públicas, por exemplo, com o sistema político democrático. Apesar disso, a utilização de mecanismos de controle da administração pública ainda é visto como uma novidade em termos de *accountability* democrática, que tem a qualidade da administração pública como um pressuposto fundamental para o sucesso deste instrumento de responsabilização. Sendo a própria essência do controle de resultados.

O INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, responsável pela prestação de serviços previdenciários a sociedade brasileira, tem investido fortemente em inovações tecnológicas que lhe renderam o reconhecimento como referência no serviço público brasileiro onde destacamos: a sala-de-monitoramento, que possibilita o acompanhamento em tempo real de suas agências; os investimentos em tecnologia da informação que permitem o reconhecimento automático do direito; a ampliação e consolidação dos canais remotos que garantem agilidade e comodidade aos seus beneficiários oferecendo atendimento remoto e agendamento eletrônico dos serviços na busca pela excelência no atendimento.

No entanto, as potencialidades permitidas por estas inovações ainda não são satisfatoriamente percebidas nas Gerências Executivas (GEX) e nas Agências da Previdência Social(APS) do INSS que, apesar dos contínuos esforços de modernização, ainda mantêm fortes componentes de uma cultura organizacional burocrática que encontra dificuldades em promover um modelo de gestão, capaz de usufruir plenamente das inovações tecnológicas já disponíveis; em motivar e promover seus servidores a realizar processos excelentes; e em desenvolver cultura voltada aos resultados e a qualidade no atendimento à sociedade.

Além disso, as GEX apresentam forte concentração de recursos, sem o correspondente valor agregado à atividade finalista da Instituição; perfil deficitário das unidades e; uma estrutura organizacional que distribui funções e gratificações desvinculadas da efetiva responsabilização na tomada de decisão, que invariavelmente, ocorre nas APS. O que contribui para a desmotivação e desvalorização do servidor das APS, impactando na qualidade dos serviços prestados.

Este artigo é baseado em pesquisa desenvolvida nas cem(100) Gerências Executivas do INSS e suas respectivas APS, num total de 1.112APS (excluímos as APS-BI – agências especializadas em benefícios por incapacidade, as APS-DJ – agências especializadas em atendimento às demandas judiciais, e as unidades móveis). Sendo utilizado

<sup>1</sup> Este artigo foi baseado na dissertação de mestrado “Melhoria do gasto público no INSS: uma questão econômica, uma decisão política”, apresentada pela autora para obtenção do título de mestre em economia, no curso de mestrado do Centro de Pós-Graduação em Economia, da Universidade Federal do Ceará (CAEN/UFC).

As opiniões expressas neste artigo são de responsabilidade pessoal da autora e não refletem a posição oficial do Ministério da Previdência Social.



a metodologia DEA (Análise Envoltória de Dados) para avaliar a eficiência relativa das GEX na utilização dos recursos; método estatístico para avaliar o impacto dos serviços das GEX na eficiência das APS e; em pesquisa por formulários eletrônicos destinado a todos os detentores de função gratificada nas GEX. A partir daí, avalia e propõe inovações na estrutura das gerências executivas do INSS visando um modelo gerencial focado na alocação eficiente de recursos e na gestão do conhecimento de modo a permitir e incentivar a profissionalização do servidor público, a qualidade no atendimento, a eficiência na gestão, o aprendizado e o crescimento organizacional. Fundamentais para a melhoria e eficiência do gasto público.

As cem(100) Gerências-Executivas(GEX), apresentam uma estrutura organizacional robusta independente do porte, do quantitativo e da localização das APS sobre sua abrangência. Contam com 1.206 Agências da Previdência Social(APS), unidades de atendimento direto à sociedade, incluindo 09 APS-BI(Benefício por Incapacidade), 17 APS-DJ(Atendimento à Demandas Judiciais) e 68 unidades móveis, sendo 65 PREVMÓVEIS(carros) e 03 PREVBARCOS (barcos).

As APS são responsáveis por todo atendimento direto à sociedade: do atendimento ao contribuinte individual aos procedimentos de reconhecimento, manutenção e revisão de direitos aos benefícios previdenciários. Além dos serviços de compensação previdenciária e emissão/averbação de certidão de tempo de contribuição, das atividades relacionadas à perícia médica, a reabilitação profissional e serviço social e das atividades relacionadas ao monitoramento operacional de benefícios. É responsável também por subsidiar a defesa do INSS em Juízo e cumprir, sob orientação da Procuradoria, as decisões judiciais, entre outros.

Em toda Instituição, a parcela mais significativa na remuneração do servidor, corresponde a Gratificação de Desempenho das Atividades do Seguro Social – GDASS, instituída no Decreto nº 6.493, de 30 de junho de 2008, que poderá atingir até 70% do salário do servidor, quando concluída sua implantação, prevista para julho/2011. O desempenho institucional que tem meta estabelecida pela direção central pode atingir até 80% da GDASS. A meta atual baseia-se no índice IMA - Idade Média do Acervo (tempo médio de transição de processos nas APS medido a partir da data do requerimento até a data da conclusão). Desta forma, a gratificação IMA-GDASS é calculada por GEX de acordo com os resultados IMA das suas respectivas APS. As Agências são avaliadas e delas dependem a gratificação GDASS de todos os servidores da Instituição. Mas, não existe na Instituição avaliação do desempenho das unidades da área-meio, nem do impacto das atividades da área-meio no desempenho das APS, instância organizacional onde se realiza a atividade finalista da Instituição: o reconhecimento e manutenção do direito aos benefícios previdenciários.

A pesquisa referenciada neste artigo utilizou a metodologia DEA (Análise Envoltória de Dados) para avaliar a eficiência relativa das GEX do INSS e de suas unidades Gabinete(GbGex), Logística(Log), Financeira(OFC), Recursos Humanos(RH), Benefício(BENEF) e Atendimento(ATEND) Sendo considerados dois conjuntos: a) BRASIL, formado pelas 100GEX do INSS e b) REGIONAL, considerando os cinco subconjuntos: REGI, REGII, REGIII, REGIV e REGV, formado pelas respectivas GEX da abrangência de cada regional.

Também foram analisados aspectos do modelo gerencial das GEX do INSS e da cultura organizacional, com

---

**EXPEDIENTE:** Ministro da Previdência Social: Carlos Eduardo Gabas • Secretário Executivo: João Ernesto Aragonés Viana  
• Secretário de Previdência Social: Fernando Rodrigues da Silva • Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social: João Donadon • Diretor do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público: Delúbio Gomes Pereira da Silva • Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários: Emanuel de Araújo Dantas • Corpo Técnico: Carolina Verissimo Barbieri, Edvaldo Duarte Barbosa e Graziela Ansiliero • Distribuição e Editoração: Sarah Priscilla Guimarães.

O Informe de Previdência Social é uma publicação mensal do Ministério da Previdência Social - MPS, de responsabilidade da Secretaria de Previdência Social e elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários. Impressão: Assessoria de Comunicação Social/MPS. Também disponível na internet no endereço: [www.previdencia.gov.br](http://www.previdencia.gov.br)

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.

**CORRESPONDÊNCIA:** Ministério da Previdência Social • Secretaria de Previdência Social  
Esplanada dos Ministérios Bloco "F" - 7º andar, sala 750 • 70.059-900 - Brasília-DF  
Tel. (0XX61) 2021-5011. Fax (0XX61) 2021-5408 • e-mail: [cgep@previdencia.gov.br](mailto:cgep@previdencia.gov.br)



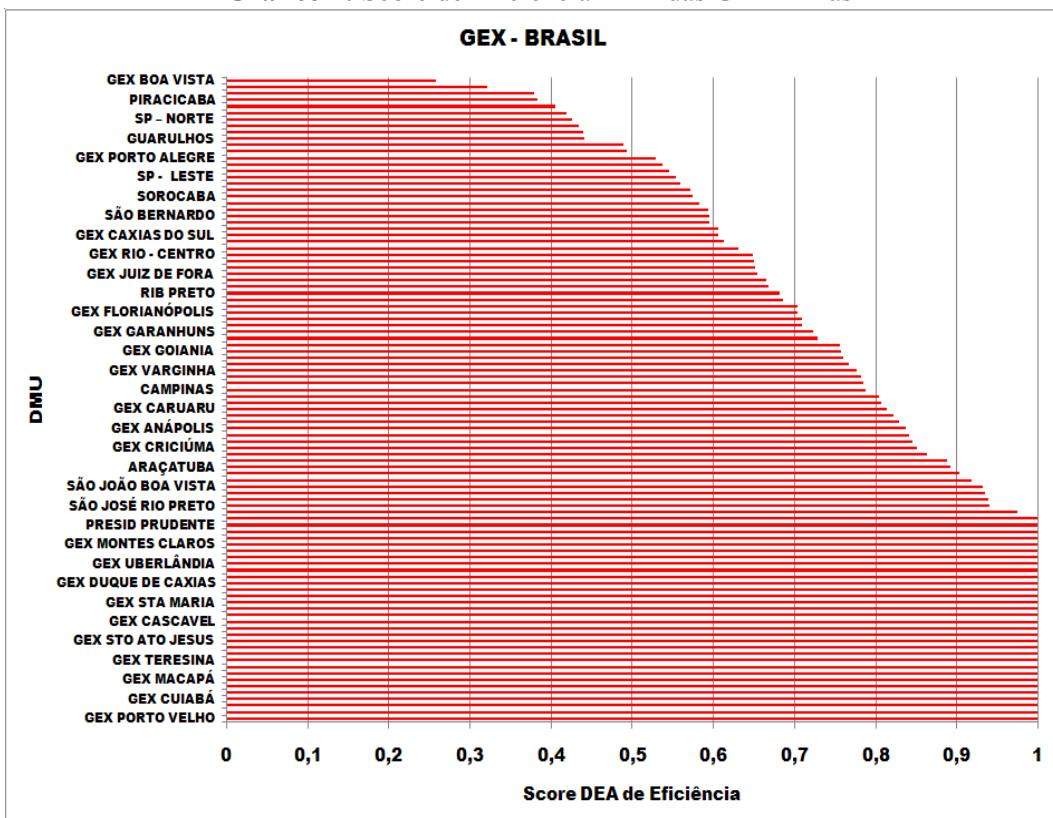
informações obtidas por meio de formulários eletrônicos disponibilizados na intranet do INSS, no período de out-dez/2009 a jan/2010, para todos os detentores de cargo comissionado nas GEX, nas APS e para os servidores não comissionados das APS.

A Análise Envoltória de Dados - DEA (Data Envelopment Analisys) possibilita avaliar o grau de eficiência relativa de unidades produtivas que realizam uma mesma atividade. Gera uma fronteira de eficiência, sobre a qual estarão situadas as unidades eficientes, aquelas que têm score de eficiência igual a 1(um). As unidades menos eficientes, aquelas que têm scores num intervalo aberto de 0(zero) a 1(um) e ficam situadas numa região inferior à fronteira, conhecida como envoltória. A metodologia DEA apresenta as seguintes vantagens: Todos os modelos são invariantes com a escala de medida; os dados não necessitam de normalização; é uma abordagem não paramétrica, os índices de eficiência são baseados em dados reais (e não em fórmulas teóricas) e pode, explicitamente, sinalizar a não eficiência do processo de produção e também apontar possíveis melhoramentos relacionada aos investimentos. Essas características conferem ao método uma potencialidade de natureza essencialmente aplicada. DEA é um método para apoio à decisão de natureza multicritério e, portanto, capaz de modelar melhor a complexidade do mundo real. Sendo amplamente utilizada, no Brasil e no mundo, nas mais diversas áreas do conhecimento<sup>2</sup>. De modo que, consideramos adequada a escolha da metodologia DEA para a análise da eficiência das GEX do INSS.

Os dados utilizados, na referida pesquisa, foram retirados dos bancos de dados e sistemas gerenciais da Instituição: Sistema Único de Informações de Benefícios – SUIBE, Sistema de Gerenciamento do Atendimento – SGA, Sistema de Administração Financeira - SIAFI e Sistema de Recursos Humanos - SRH. No SUIBE, foram coletados os indicadores de desempenho institucional relacionados à atividade fim: Idade Média do Acervo(IMA) que mede o tempo médio dos benefícios represados por responsabilidade das APS. No SGA os indicadores de desempenho institucional de Atendimento: Tempo Médio de Atendimento(TMA), Tempo Médio de Permanência(TMP), Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado (TMEA). No SIAFI dados relativos ao acumulado 2009 de despesas por GEX e no SRH, o quantitativo de servidores por unidades GEX e seus respectivos cargos.

Dos resultados obtidos destacamos que das 100(cem) GEX do INSS, apenas 30(trinta) atingiram a fronteira de eficiência, em Nov/2009. 21(vinte e uma) GEX têm Score de eficiência DEA entre 0,80 e 0,99. 26(vinte e seis) GEX têm score de eficiência DEA entre 0,60 e 0,79. 11(onze) GEX entre 0,50 e 0,59. E 12(doze) GEX abaixo de 0,5 (Gráfico 1).

**Gráfico 1:** Score de Eficiência DEA das GEX - Brasil



<sup>2</sup> No Brasil, encontramos as mais variadas aplicações, que vão da Construção Naval(FERREIRA et al, 2008) à Previdência Aberta do Mercado Brasileiro(SILVA e AZEVEDO, 2004), da Organização Militar de Saúde(SOUZA e MACEDO, 2008) à Modelo Teórico de Análise de Políticas Públicas e Desenvolvimento(SILVA et al . 2007), da avaliação de hospitais universitários brasileiros(LINS, at al, 2007) à avaliação de Agências da Previdência Social do INSS (CHAVES; THOMAZ: 2007)



As GEX Boa Vista e Osasco obtiveram os menores escores de eficiência. Devido tanto pelo excedente em seus quadros funcionais, como pelo quantitativo de APS que atende e o IMA e o TMEA observados, relativamente ao conjunto BRASIL. Poderia se argumentar que a GEX Boa Vista suporta apenas 4APS devido as distâncias e a dificuldade de acesso nesta GEX. Mas, o que dizer da GEX Sto. André que suportam apenas 4APS e da GEX Osaco(com 5APS) e com menos de 50 servidores por agência? A Gex Belo Horizonte aloca 179servidores na área-meio para atender apenas 9APS. O desperdício acumulado pelas GEX, relativas ao conjunto BRASIL em Nov/2009, uma visão quantitativa, está consolidada por Regional no Quadro 1.

**Quadro 1:** Resultados da Ineficiência GEX-BRASIL

GRUPAMENTOS	EXCESSO DE SERVIDORES POR UNIDADES GEX					EXCESSO	(FOLGA) Capac. p/ aumentar o quant. de APS em:
	GbGEX	LOFC	TOT BENEF	RH	ATEND		
REG I	70	44	90	118	30	R\$ 4.548.091,94	186
REG II	266	287	109	269	14	R\$ 20.935.830,29	133
REG III	52	67	16	70	7	R\$ 7.198.518,29	76
REG IV	49	232	45	152	25	R\$ 14.599.790,07	90
REG V	8	74	28	43	17	R\$ 7.580.099,69	55
BRASIL	445	704	288	653	91	R\$ 54.862.330,28	540

**Quadro 2:** Estatística dos Scores de Eficiência por Regional e Brasil

CONJUNTO OBSERVADO	No. of DMUs	Score DEA de Eficiência			
		Média	Desvio Padrão	Max	Min
REG I	23	0,886	0,142	1	0,618
REG II	22	0,903	0,119	1	0,633
REG III	19	0,872	0,107	1	0,652
REG IV	21	0,909	0,106	1	0,653
REG V	15	0,787	0,256	1	0,259
BRASIL	100	0,792	0,180	1	0,199

As medidas estatísticas: média, desvio padrão e valor máximo e mínimo dos Scores DEA de eficiência, obtidos pelas GEX , quando observadas no conjunto de suas respectivas regionais e no conjunto BRASIL, são apresentadas no quadro 2.

A pesquisa mostrou também que das 100(cem) unidades GbGEX (Gabinete GEX), analisadas apenas 5(cinco) atingiram a fronteira de eficiência: Cuiabá, Belém, Sto. Antonio de Jesus, Duque de Caxias e Ijuí. A grande maioria (56%) dos GbGEX obtiveram scores DEA de eficiência inferiores a 0,5. Os GbGEX, RH, LOFC são as instâncias da área-meio com maior concentração de servidores, situação observada em todas as regionais. O maior quantitativo de Servidores lotados em GbGEX foi encontrado na GEX Rio-Centro (245), um excedente de cerca de 93% de servidores no GbGEX. De modo superficial, corrigindo-se o excesso de servidores GbGEX, cerca de 436 servidores no grupamento BRASIL, ainda é possível, dentro dos parâmetro oferecidos pelo conjunto, ampliar em 517 o quantitativo de APS atendidas por estas unidades. Na área LOFC, apenas 5 (cinco) GEX atingiram a fronteira de eficiência. Chega a 277 o excedente de servidores nos grupamentos por regional. Significa que, potencialmente, as gerências executivas poderiam ampliar, em alguns casos triplicar o quantitativo de APS sob sua abrangência.

**Tabela 1 – Excessos LOFC e potencial de ampliação do nºAPS a atender**

GRUPAMENTOS	Excesso de pessoal LOFC	potencial p/ ampliar o Nº. de APS atendidas em:
REG I	45	97
REG II	43	100
REG III	174	67
REG IV	1	62
REG V	14	123
<b>TOTAL REG</b>	<b>277</b>	<b>449</b>
<b>TOTAL BR</b>	<b>262</b>	<b>1522</b>

Das 100(cem) unidades RH, submetidas a análise de eficiência DEA, apenas 5 (cinco) unidades RH atingiram a fronteira de eficiência. No grupamento BRASIL, mesmo corrigindo um excesso de 197 servidores nas unidades de RH das GEX, ainda daria para ampliar em 776 o número de APS assistidas ou aumentar em 15.667 (quinze mil, seiscentos e sessenta e sete) o quantitativo de servidores de APS a serem assistidos por aquelas unidades.

Das 100(cem) unidades BENEF(Divisão e Serviços) submetidas ao modelo DEA, apenas 05(cinco), atingiram a fronteira de eficiência. E das 100 unidades de Atendimento (SERAT ou SEAT), apenas 9(nove) atingiram a fronteira de eficiência. 32ATEND tem Scores DEA abaixo de 0,7. Com média 0,775, desvio padrão 0,145 e

score mínimo igual a 0,31.

A pesquisa nos mostra, em linhas gerais, que a regional I, com menos 24 servidores, ainda poderia atender mais 104 APS. A regional II, com menos 7 servidores ainda poderia atender a mais 68 APS. Enquanto a regional III com menos 10 servidores poderia atender a mais 49 APS. A regional IV com 16 servidores a menos poderia atender mais 88APS. E a regional V poderia reduzir 32servidores e ainda atender a mais 72APS.

A distribuição de servidores (Tabela 2) e o perfil das unidades, levantados por meio de formulários eletrônicos corroboram com os resultados encontrados na análise de eficiência das GEX e anunciam que o INSS concentra cerca de 7584( sete mil, quinhentos e oitenta e quatro) servidores nas Gerências Executivas para atender cerca de 1.200 APS, onde cerca de 40% destas tem menos de 10 servidores. Além disso, cada agência tem um Gerente APS e pelo menos um Supervisor de Beneficio.

Na área-méio das GEX do INSS, a Administração, Logística e OFC detêm 38% do quantitativo de servidores, 15% estão lotados nos Gabinetes das Gerências Executivas e 21% em Recursos Humanos. As áreas Atendimento e Beneficio, cujas competências são diretamente vinculadas à atividade finalista da Instituição, contam com 5% e 21%, dos servidores, respectivamente. A Tabela 3 consolida os totais regionais de servidores por unidade da área-méio nas GEX.

Na pesquisa citada, foram ainda calculados os coeficientes de correlação entre os recursos (por unidade de lotação nas GEX) e os indicadores de desempenho, atualmente utilizados nas metas institucional. Não tendo sido encontrado nenhuma significativa correlação. O perfil das unidades, outra dimensão pesquisada, também chama a atenção. Pelo fato de terem sido bem avaliadas pelos gerentes executivos apesar do perfil deficitário que apresentam: i) as unidades de Beneficio, avaliadas como muito bom(61,84%) e bom(35,53%), menos de 30% dos servidores dominam plenamente as atividades desta área e cerca de 30% têm pouco ou nenhum domínio das atividades; ii) as unidades Atendimento(SERAT/SEAT) avaliadas como muito bom(50%) e bom(43,20% ), menos de 31% dos servidores dominam plenamente e cerca de 69% dos servidores têm apenas domínio parcialmente ou nenhum domínio das atividades; iii) as unidades de RH avaliadas como muito bom(32,89%) e bom(40,79%) pelos gerentes executivos, apenas 20% dos servidores têm domínio pleno dos processos dessa área; iv) as unidades de Logística avaliadas como muito bom ou bom por 87% dos Gerentes Executivos. Apesar de contar com menos de 16% dos servidores com domínio plenamente das atividades e apresentar percentual acima de 42% de servidores que dominam precariamente ou não dominam nenhuma atividade daqueles processos; v) as unidades OFC, também

**Tabela 2 – Quantitativo de servidores na área-méio das GEX – BRASIL**

UNIDADE	TOTAL	GAB GER EXECUTIVA	SERVÇO DE ADMINISTRAÇÃO	LOGÍSTICA, LICITAÇÃO E CONTRATOS E ENGENHARIA	SECÇÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE	SERVÇO DE BENEFÍCIOS	SECÇÃO DE RECONHECIMENTO DE DIREITOS	SECÇÃO DE MANUTENÇÃO	SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	SECÇÃO DE ATENDIMENTO
TOTAL BR	7584	1148	64	2163	677	866	377	317	1624	348

**Tabela 3 – Distribuição de servidores na área-méio das GEX - por Regional**

	UNIDADES DA ÁREA-MÉIO DAS GEX							TOTAL BR
	GB GEX	ADM, LOG E OFC	DIV BENEFÍCIO	BENEF - SRD	BENEF - SMD	RH	ATEND	
REG I	231	409	166	66	63	269	68	1272
REG II	393	742	217	106	88	477	65	2088
REG III	194	375	90	47	40	200	40	986
REG IV	209	805	201	92	70	406	85	1868
REG V	121	573	192	66	56	272	90	1370
TOTAL BR	1148	2904	866	377	317	1624	348	7584



foram consideradas pelos Gerentes Executivos como muito bom(44,74%) e bom(44,74%), apenas 2,98% dominam plenamente alguns processos-chave e cerca de 79% não dominam ou têm noções precárias destes processos.

As APS carregam hoje toda a responsabilidade pelo percentual IMA-GDASS na Avaliação do Desempenho Institucional. Com cerca de 25mil servidores distribuídos nas 1206APS, são responsáveis pelo atendimento direto à sociedade. Sendo aqueles servidores, os efetivos tomadores de decisão no reconhecimento do direito aos benefícios administrados pela Previdência Social. Apesar disso, as condições de trabalho nas APS parecem inferiores para os gestores das GEX uma vez que mais de 60% dos gestores consideram as condições de trabalho, nas suas respectivas áreas, melhores ou muito melhores do que as verificadas nas APS. Superam 70%, o percentual de gestores que consideram o nível de Estresse das APS maiores ou muito maiores. Sobre o nível de EXPOSIÇÃO AGRESSÃO (FÍSICA E/OU MORAL) nas APS, cerca de 76% dos Gestores das GEX considera muito maior ou maior do que na área meio. Sobre o nível de EXPOSIÇÃO AO RISCO DE COMPROMETIMENTO LEGAL (Por erro, dolo ou má fé) nas APS, cerca de 41% dos Gestores das GEX considera muito maior ou maior do que na área meio.

No que se refere ao desempenho institucional é fundamental também a pesquisa do perfil das APS, instância organizacional cujo desempenho é a métrica utilizada na gratificação IMA-GDASS. Segundo os Gerentes de APS, apenas 26% dos Servidores-APS estão aptos a desenvolverem os processos-chave relativo a aposentadorias. Apenas os processo de Cadastro de Pessoa Física e Simulação de Contagem de Tempo de Serviço este percentual ultrapassa 42% dos servidores das APS, em alguns serviços como Revisão de Aposentadorias e Controle Interno o percentual de servidores aptos para as atividades é inferior a 10%.

Diante dos resultados obtidos fica evidente que os conceitos de gestão, supervisão, acompanhamento e monitoramento nas gerências são bastante frágeis e desvinculados de responsabilização e dos resultados obtidos. E, possivelmente, desvinculados do perfil profissional dos detentores destas funções, pela ausência de critérios rigorosos e transparentes de acessos aos cargos por conhecimento e méritos.

Sem dúvida, a concentração e a distribuição dos recursos nas GEX carecem de revisão por parte da instituição. Por outro lado, as fracas correlações encontradas entre os recursos GEX e os indicadores de desempenho institucional, não deixam dúvida quanto à distribuição dos recursos: aleatória e desvinculada de resultados. Além disso, o perfil de conhecimentos das unidades, mostram claramente, o quão distante estão dos direcionadores estratégicos de gestão de pessoas. O que reforça a necessidade urgente de revisão da estrutura organizacional das GEX para corrigir arranjos burocráticos que não têm mais sustentação.

Os servidores-APS (59%), por sua vez, são indiferentes às ações da área de Benefício e Atendimento das GEX. Embora considerem muito importante ou importante ter servidores na APS desenvolvendo os papéis ora atribuídos a aquelas áreas. Entendemos que há o reconhecimento por parte dos servidores-APS da necessidade daqueles serviços nas agências. Mas, no modelo atual, seus resultados são imperceptíveis nas APS. Não geram impactos positivos. E, considerando que suas atividades são estritamente vinculadas à atividade finalista do INSS, é estranho o fato daquelas áreas estarem localizadas fora das APS. Longe, portanto, do cenário onde deveriam atuar. A natureza de suas ações exige atuação contínua e sistemática dentro das APS. Sendo, também, necessário uma identidade forte com papel social e institucional das agências, oposto ao que é observado, em todas as instâncias das GEX, onde tivemos a oportunidade de trabalhar, pesquisar e vivenciar. Numa clara e contundente contradição com a missão, visão, valores e objetivos institucionais declarados.

Além disso, as atribuições das áreas Beneficio e Atendimento nas GEX são semelhantes as dos gestores APS. Acarretando uma sobreposição de papéis, que por um lado enfraquece o poder de decisão nas APS, o que é incompatível com o discurso institucional. E por outro, desonera nas GEX as áreas Benefícios (Divisão e Serviços) e Atendimento (Serviço ou Seção) das responsabilidades e papéis que lhes são atribuídos, agravando ainda mais o quadro de desperdício de recursos. Isto favorece a omissão, o afastamento e o descompromisso daquelas áreas com as APS - instância máxima de formação e reconhecimento da imagem institucional, pela sociedade.

Na atual estrutura das GEX, a Instituição confere status e função gratificada a servidores que nem acompanham, nem supervisionam eficientemente e, mais agravante, não são os tomadores da decisão no reconhecimento de direitos aos benefícios previdenciários que, invariavelmente, ocorre nas APS. O que explica, em parte, a corrida daqueles para se amontoarem na área meio das GEX, onde estão “livres” da prestação de contas diária no face-a-face com a sociedade e isentos de qualquer implicação legal por erro na aplicação da lei. E, ainda, acomodados num ambiente onde a maioria reconhece as melhores condições de trabalho, alguns usufruem de função gratificação e todos, indistintamente, recebem a gratificação de desempenho IMA-GDASS, obtido com esforço e risco nas APS.

Desta forma, o “povo das APS”<sup>3</sup>, assiste as gratificações típicas das suas atividades como: atendimento, manutenção de benefícios, reconhecimento de direitos e atualização de informações sociais, vínculos e remunerações serem alocadas e generosamente distribuídas na área-meio. Numa constrangedora inversão de valores.

O perfil deficitário das unidades aponta para a urgente necessidade da área de Desenvolvimento de Pessoas (vital para crescimento organizacional e fundamental para a profissionalização, reestruturação e desenvolvimento da carreira do servidor), se apropriar e se investir do seu papel, pela definição de metas institucionais específicas, de modo a promover o perfil de competências compatíveis com os objetivos institucionais.

Políticas de Desenvolvimento de Pessoas poderiam definir rigorosos critérios de certificação profissional para os perfis de competências compatíveis com os objetivos institucionais, o que possibilitaria diferenciadas gratificações de desempenho dos servidores, conforme a certificação obtida e o efetivo exercício na área correspondente. E, favoreceria uma clara e consistente reestruturação da carreira do servidor. Promovendo o mérito e a competência como instrumentos capazes de oportunizar cargos e carreira a seus servidores.

Enquanto a área Administração de Pessoal necessita ser reinventada por meio de sistema informatizado de administração de pessoal que integrado as atividades diárias das chefia imediatas, dispensaria um aparato burocrático e oneroso que não se justifica mais.

Neste sentido, consideramos o setor de Aposentadorias e Pensões destacado desta área. Os servidores do INSS, como os demais do setor público, têm suas aposentadorias e pensões configuradas nos chamados Regimes Próprios – Regime Próprios de Previdência Social – RPPS, o regime de previdência dos servidores públicos e militares. Cabe a cada ente federativo a instituição do RPPS para seus servidores. Não existe para os setores de Aposentadorias e Pensões uma rigorosa padronização de procedimentos, nem dentro de uma mesma Instituição, quanto mais disseminados em todo o Setor Público. Esta situação deve gerar desperdício tanto no processo, quanto na alocação de recursos. Considerando a concentração de servidores nesta área, o INSS poderia ousar e inovar ainda mais, chamando para si a responsabilidade de implementar, também, o RPPS, ampliando seu portfólio de serviços a sociedade. O que completaria e consolidaria sua imagem de Instituição responsável pela prestação de serviços previdenciários a sociedade brasileira.

Ao migrar o setor de Aposentadorias e Pensões das GEX para implementar o RPPS nas APS, todo o Setor Público(entidades e servidores), seria beneficiado. Por consolidar num só lugar os regimes RGPS e RPPS. Para tanto, o INSS tem expertise na área, desenvolvimento tecnológico compatível e deverá, após a conclusão do PEX – Plano de Expansão da Rede de Atendimento, estar presente em todas as cidades brasileiras com mais de 20mil habitantes.

Enfim, o INSS, apesar das conquistas em modernização e inovação tecnológica, ainda não consegue implementar um modelo de gestão que promova a profissionalização dos seus servidores, o reconhecimento ao mérito e a eficiência na gestão de suas Gerências Executivas. A distribuição aleatória de recursos (desvinculada da efetiva agregação de valor a atividade finalista da instituição) e o perfil deficitário das unidades avaliadas são demonstrações

<sup>3</sup> Povo das APS – forma discriminada de tratamento, observada em todos os níveis institucionais, em referência aos servidores lotados em APS, numa inconfundível inversão de valor



inequívocas da ineficiência das GEX e da ausência de mecanismos institucionais que promovam a accountability democrática.

A Estrutura Organizacional das GEX necessita, portanto, de uma corajosa, criteriosa e devidamente respaldada revisão de modo a promover a responsabilização dos seus gestores, o aperfeiçoamento na aplicação dos recursos e o desenvolvimento de políticas para gestão estratégica de pessoas e gestão do conhecimento, que favorecem o desenvolvimento de cultura voltada aos valores e aos resultados. A profissionalização dos servidores do INSS além de ser necessária para a reestruturação da carreira do servidor é fundamental para a construção da imagem institucional – métrica que o INSS utiliza em seu mapa estratégico(2009-2015), para avaliar resultados e criar valor público: o reconhecimento como patrimônio do trabalhador e sua família, pela sustentabilidade dos regimes previdenciários e pela excelência na gestão, cobertura e atendimento.

## BIBLIOGRAFIA

- ABRUCIO, Fernando L., LOUREIRO, Maria Rita: Finanças públicas, democracia e accountability. In: BIDERMAN Ciro; ARVATE, Paulo. (Org). Economia do Setor Público. Rio de Janeiro: Ed.Elsevier, 2004.
- BIDERMAN, Ciro, ARVATE Paulo. (Org.). Economia do Setor Público no Brasil, Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2004 –6<sup>a</sup>.reimpressão.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05/12/1988, Capítulo II – Seguridade Social, Seção III – da Previdência Social, Art. 201 – RGPS.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 10.855, de 01 de abril de 2004. Dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social, e dá outras providências.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 11.784, de 22 de setembro de 2008. Regulamenta a Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social - GDASS, de que trata a Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz. C., Instituição, bom estado e Reforma da Gestão Pública. In ARVATE, P., BIDERMAN, C.(org), Economia do Setor Público no Brasil, Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 – 6 reimpressão.
- CHAVES, Adelina CA., THOMAZ, A. Clécio F., Gestão Pública e Pesquisa Operacional: avaliação de desempenho em Agências da Previdência Social. In Revista do Serviço Público - RSP, vol. 59, n 2 – Abr/Jun 2008: ENAP, Brasília, 2008.
- CLAD. Carta Iberoamericana de Calidad em La Gestión Pública. Aprobada por la X Conferencia Iberoamerica de Ministros de Administración Pública y Reforma Del Estado, San Salvador, El Salvador, 26 y 27 de junio de 2008.
- COOPER, William W., SEIFORD, Laurence, TONE, Kaoru – Data Envelopment Analysis - A comprehensive Text with Models Applications, References and DEA – Solver Software, Kluwer Academic Publishers, Second Printing 2000..
- HOLANDA, Antonio N C., Avaliação de Programas (conceitos básicos sobre avaliação “ex-post”), Rio-São Paulo-Fortaleza: ABC Editora, 2006.
- INSS. Regimento Interno, de 09 de novembro de 2009.
- LINS, Marcos E., et al., O uso da Análise Envoltória de Dados (DEA) para avaliação de hospitais universitários brasileiros. In Ciência & saúde coletiva vol.12 no.4 Rio de Janeiro July/Aug. 2007
- MARINI, Caio; MARTINS, Humberto F.: Um Guia de Governança para Resultados na Administração Pública; Brasília-DF: Publix Editora, 2010.
- SILVA, Antonio Carlos M da, AZEVEDO, Gustavo Henrique W de. Eficiência e Sobrevivência: Binômio Fundamental para a Previdência Aberta. In Revista Brasileira de Risco e Seguro, V. 1, Nº 0, Dezembro de 2004
- SOUZA, Marlone W., MACEDO, Marcelo A da S., Análise da Eficiência utilizando a Metodologia DEA em Organização Militar de Saúde: o Caso da Odontoclínica Central do Exército. In Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, jul/dez 2008.

Toda a análise feita nesta seção está baseada em valores deflacionados pelo INPC. Valores nominais terão referência expressa ao longo do texto.

# Saldo Previdenciário e Arrecadação

## Necessidade de Financiamento (INPC de Abr/2010)

No mês ( Abr/2010 )	R\$ 3,01 bilhões
Acumulado em 2010	R\$ 17,41 bilhões
Últimos 12 meses	R\$ 46,26 bilhões

## RESULTADO DAS ÁREAS URBANA E RURAL

Em abril de 2010, a arrecadação líquida urbana foi de R\$ 15,9 bilhões, crescimento de 2,0% (+R\$ 313,3 milhões) em relação a março de 2010 e de 10,5% (+R\$ 1,5 bilhão) frente a abril de 2009, o que é reflexo, em boa medida, da recuperação do mercado de trabalho formal após a crise econômica mundial. A arrecadação líquida urbana registrou na sua série histórica, em abril de 2010, o seu segundo maior valor (desconsiderados os meses de dezembro, nos quais há um incremento significativo de arrecadação em virtude do décimo terceiro salário), apenas ficando abaixo de novembro de 2009 que foi fortemente influenciado pelo repasse de depósitos judiciais pela STN no valor de R\$ 1,4 bilhão. A arrecadação líquida rural foi de R\$ 398 milhões, elevação de 4,7% (+R\$ 18,0 milhões) em relação ao mês anterior e queda de 11,2% (-R\$ 50,3 milhões) quando comparado a abril de 2009, conforme pode ser visto na Tabela 1.

**TABELA 1**

Evolução: Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural (2008 a 2010) – Resultado de março – em R\$ milhões de março/2010 – INPC

Ano	Clientela	Arrecadação Líquida (a)	Benefícios Previdenciários (b)	Resultado (a - b)
2008	<b>TOTAL</b>	<b>14.112</b>	<b>17.224</b>	<b>(3.112)</b>
	Urbano	13.609	13.778	(170)
	Rural	504	3.446	(2.942)
2009	<b>TOTAL</b>	<b>14.863</b>	<b>18.133</b>	<b>(3.269)</b>
	Urbano	14.415	14.529	(113)
	Rural	448	3.604	(3.156)
2010	<b>TOTAL</b>	<b>16.330</b>	<b>19.342</b>	<b>(3.012)</b>
	Urbano	15.932	15.488	445
	Rural	398	3.854	(3.456)

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) – Elaboração: SPS/MPS.

A despesa com pagamento de benefícios urbano foi de R\$ 15,5 bilhões, queda de 15,0% (-R\$ 2,7 bilhões) entre abril e março de 2010 e cresceu 6,6% (+R\$ 959,2 milhões) entre abril de 2010 e o mesmo mês de 2009. Essa elevada queda em relação a março deste ano pode ser explicada pelo pagamento de sentenças judiciais ocorrido naquele mês, no valor de R\$ 3,7 bilhões. Já a elevação em relação ao mês de abril de 2009 pode ser atribuída ao novo patamar de despesa decorrente do aumento do salário mínimo, de R\$ 465,00 para R\$ 510,00. A despesa rural foi de R\$ 3,8 bilhões em abril de 2010, aumento de 6,9% (+R\$ 250,0 milhões) em relação a abril de 2009. Já em relação a março de 2010, a despesa rural apresentou forte queda de 15,2% (-R\$ 691,4 milhões). A despesa com o pagamento de benefícios rurais é fortemente influenciada pelo reajuste do salário mínimo uma vez que 99,3% (8,0 milhões de beneficiários) dos benefícios pagos são de valor de até um salário mínimo.

Em abril de 2010, a área urbana apresentou superávit de R\$ 444,6 milhões contra uma necessidade de financiamento de R\$ 113,4 milhões em abril de 2009. Já a área rural registrou uma necessidade de financiamento de R\$ 3,5 bilhões, em abril de 2010, crescimento de 9,5% (+R\$ 300,3 milhões) frente a abril de 2009.

De janeiro a abril de 2010, a arrecadação líquida na área urbana somou R\$ 60,7 bilhões e na rural R\$ 1,5 bilhão. A despesa com benefícios previdenciários totalizou R\$ 63,7 bilhões para a clientela urbana e R\$ 15,9 bilhões para a clientela rural. No acumulado do ano, o valor arrecadado na área urbana cobriu 95,3% da despesa com benefícios urbanos, percentual que chegou a 9,3% no meio rural. Estes resultados mostram que há uma

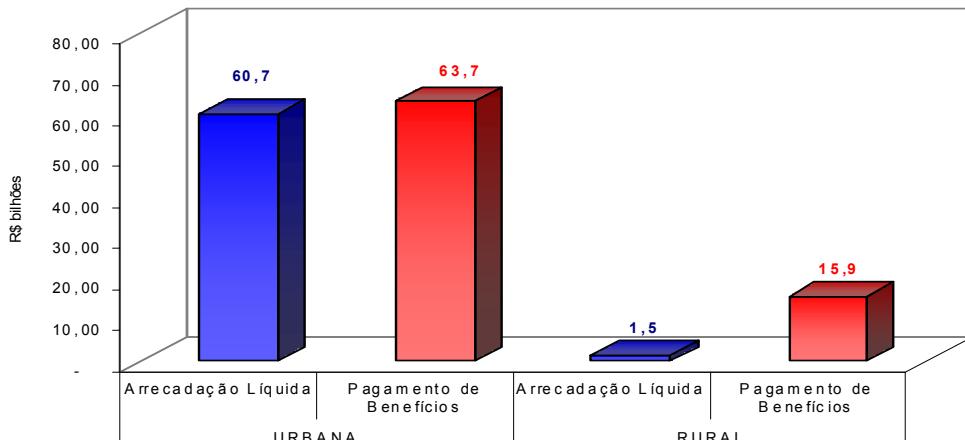


tendência de equilíbrio entre receita e despesa na área urbana. Já a necessidade de financiamento extremamente alta no meio rural é consequência da importante política de inclusão previdenciária destinada aos trabalhadores rurais que vivem em regime de economia familiar.

No período de janeiro a abril de 2010, a necessidade de financiamento na área urbana foi de R\$ 3,0 bilhões. Com relação à área rural, a necessidade de financiamento passou de R\$ 13,1 bilhões, no acumulado de janeiro a abril de 2009, para R\$ 14,4 bilhões, no mesmo período de 2010, resultando no aumento de 9,9% (+R\$ 1,3 bilhão).

### GRÁFICO 1

Evolução da Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural - Acumulado até Abril - R\$ bilhões de Abril/2010 - INPC



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar). Elaboração: SPS/MPS.

### RESULTADO EM CONJUNTO DAS ÁREAS URBANA E RURAL

Em abril de 2010, para a clientela urbana e rural em conjunto, a necessidade de financiamento da Previdência Social foi de R\$ 3,0 bilhões, correspondentes à diferença entre a arrecadação líquida de R\$ 16,3 bilhões e da despesa com benefícios previdenciários, de R\$ 19,3 bilhões. O confronto com os meses de março e abril de 2010 mostra uma redução muito elevada em função do pagamento do pagamento de R\$ 3,7 bilhões com sentenças judiciais ocorrida em março, fato que prejudica sua comparação. Já em relação a abril de 2009 se verifica uma queda na necessidade de financiamento de 7,9% (R\$ 257,7 milhões), conforme pode ser visto na Tabela 2.

### TABELA 2

Arrecadação Líquida, Benefícios Previdenciários e Saldo Previdenciário – Abr/2009, Mar/2010 e Abr/2010 – Valores em R\$ milhões de Abr/2010 - INPC

	abr/09 (A)	mar/10 (B)	a br/10 (C)	Var. % (C / B)	Var. % (C / A)	Acum. Jan. a abr/09	Acum. Jan. a abr/10	Var. %
<b>1. Arrecadação Líquida (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)</b>	<b>14.863,2</b>	<b>15.998,9</b>	<b>16.330,1</b>	<b>2,1</b>	<b>9,9</b>	<b>56.759,0</b>	<b>62.135,4</b>	<b>9,5</b>
<b>1.1. Receitas Correntes</b>	<b>15.357,7</b>	<b>16.867,6</b>	<b>17.116,0</b>	<b>1,5</b>	<b>11,4</b>	<b>60.323,3</b>	<b>66.809,6</b>	<b>10,9</b>
Pessoa Física (1)	594,2	651,6	621,0	(4,7)	4,5	2.270,4	2.424,4	6,8
SIMPLES - Recolhimento em GPS (2)	569,6	656,6	649,5	(1,1)	14,0	2.306,9	2.584,1	12,0
SIMPLES - Repasse STN (3)	1.054,5	1.151,7	1.306,7	13,5	23,9	4.009,1	5.034,9	25,6
Empresas em Geral	9.890,8	11.018,0	11.050,8	0,3	11,7	39.613,1	43.605,2	10,1
Entidades Filantrópicas (4)	133,2	133,3	128,6	(3,5)	(3,4)	492,3	524,2	6,5
Órgãos do Poder Público - Recolhimento em GPS (5)	781,0	1.121,1	1.077,1	(3,9)	37,9	2.899,8	4.231,3	45,9
Órgãos do Poder Público - Retenção FPM/FPE (6)	584,8	370,1	398,3	7,6	(31,9)	2.255,4	1.537,5	(31,8)
Clubes de Futebol	6,1	5,8	6,9	18,4	13,0	22,9	25,6	11,7
Comercialização da Produção Rural (7)	344,5	249,0	283,5	13,8	(17,7)	974,0	962,4	(1,2)
Retenção (11%)	1.177,3	1.259,7	1.356,6	7,7	15,2	4.672,6	5.129,3	9,8
Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (10)	61,6	40,1	60,3	50,6	(2,1)	228,5	175,0	(23,4)
Reclamação Trabalhista	154,2	202,5	169,8	(16,1)	10,1	551,1	630,9	14,5
Outras Receitas	5,9	8,1	6,7	(17,7)	14,3	27,2	45,5	67,4
<b>1.2. Recuperação de Créditos</b>	<b>1.034,7</b>	<b>716,8</b>	<b>823,0</b>	<b>14,8</b>	<b>(20,5)</b>	<b>3.475,6</b>	<b>2.803,1</b>	<b>(19,3)</b>
Arrecadação / Comprev / Dec. 6.900/09	0,1	0,1	0,0	(76,2)	(74,4)	0,2	0,2	(23,3)
Arrecadação / Lei 11.941/09	0,0	173,9	175,2	0,7	-	0,0	694,0	-
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (11)	25,8	9,2	10,8	16,8	(58,2)	100,9	41,5	(58,9)
Depósitos Judiciais - Recolhimentos em GPS (12)	2,1	1,4	0,5	(65,0)	(76,4)	9,8	3,4	(65,0)
Depósitos Judiciais - Repasse STN (13)	413,1	115,0	287,5	149,9	(30,4)	694,8	554,0	(20,3)
Débitos (14)	44,3	71,2	65,3	(8,3)	47,3	216,8	220,7	1,8
Parcelamentos Convencionais (15)	549,2	345,8	283,7	(17,9)	(48,3)	2.453,1	1.289,4	(47,4)
<b>1.3. Restituições de Contribuições (16)</b>	<b>(23,8)</b>	<b>(17,0)</b>	<b>(32,8)</b>	<b>92,7</b>	<b>38,1</b>	<b>(72,7)</b>	<b>(96,2)</b>	<b>32,4</b>
<b>1.4. Transferências a Terceiros</b>	<b>(1.505,4)</b>	<b>(1.568,5)</b>	<b>(1.576,0)</b>	<b>0,5</b>	<b>4,7</b>	<b>(6.967,2)</b>	<b>(7.481,1)</b>	<b>7,4</b>
<b>2. Despesas com Benefícios Previdenciários</b>	<b>18.132,7</b>	<b>22.774,4</b>	<b>19.341,9</b>	<b>(15,1)</b>	<b>6,7</b>	<b>72.855,6</b>	<b>79.546,7</b>	<b>9,2</b>
Pagos pelo INSS	17.824,5	19.060,5	18.961,4	(0,5)	6,4	68.891,9	75.082,2	9,0
Sentenças Judiciais - TRF (17)	308,2	3.713,9	380,4	(89,8)	23,4	3.963,8	4.464,5	12,6
<b>3. Resultado Previdenciário (1 - 2)</b>	<b>(3.269,5)</b>	<b>(6.775,5)</b>	<b>(3.011,8)</b>	<b>(55,5)</b>	<b>(7,9)</b>	<b>(16.096,6)</b>	<b>(17.411,3)</b>	<b>8,2</b>

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar). Elaboração: SPS/MPS.

A arrecadação líquida cresceu entre abril de 2010 e o mês anterior 2,1% (+R\$ 331,2 milhões) e 9,9% (+R\$ 1,5 bilhão), quando comparado a abril de 2009. Resultado explicado basicamente pela recuperação gradual do mercado

de trabalho desde os últimos meses de 2009 e pelo aumento do salário mínimo (+9,7%).

A arrecadação líquida e as receitas correntes registraram na sua série histórica, em abril de 2010, os seus segundo maiores valores (desconsiderados os meses de dezembro, nos quais há um incremento significativo de arrecadação em virtude do décimo terceiro salário) apenas ficando abaixo de novembro de 2009 que foi fortemente influenciado pelo repasse de depósitos judiciais pela STN no valor de R\$ 1,4 bilhão.

A despesa com pagamento de benefícios previdenciários caiu 15,1% (-R\$ 3,4 bilhões) em relação a março de 2010, o que não é uma boa comparação em virtude do elevado pagamento de sentenças judiciais naquele mês, e cresceu 6,7% (+R\$ 1,2 bilhão) em relação a abril de 2009.

No acumulado do ano, a arrecadação líquida foi de R\$ 62,1 bilhões, aumento de 9,5% (+R\$ 5,4 bilhões) em relação ao mesmo período de 2009, e a despesa com benefícios previdenciários atingiu o patamar de R\$ 79,5 bilhões, elevação de 9,2% (+R\$ 6,7 bilhões), em relação a esse mesmo período, o que resultou na necessidade de financiamento de R\$ 17,4 bilhões, crescimento de 8,2% (+R\$ 1,3 bilhão). É importante destacar que o reajuste dos benefícios em 2009 foi concedido no mês de fevereiro, o que antecipou o aumento da despesa em 1 mês.

Dentre os fatores que explicam o incremento da arrecadação líquida no ano de 2010, os principais são: (i) a recuperação do mercado de trabalho formal, após a crise internacional; (ii) o empenho gerencial na expansão da arrecadação como um todo; (iii) a elevação do teto do RGPS de R\$ 3.218,09 para R\$ 3.416,54 a partir de janeiro de 2010 (com a antecipação de um mês em relação a 2009), fato que ampliou a base de contribuição e elevou as receitas correntes.

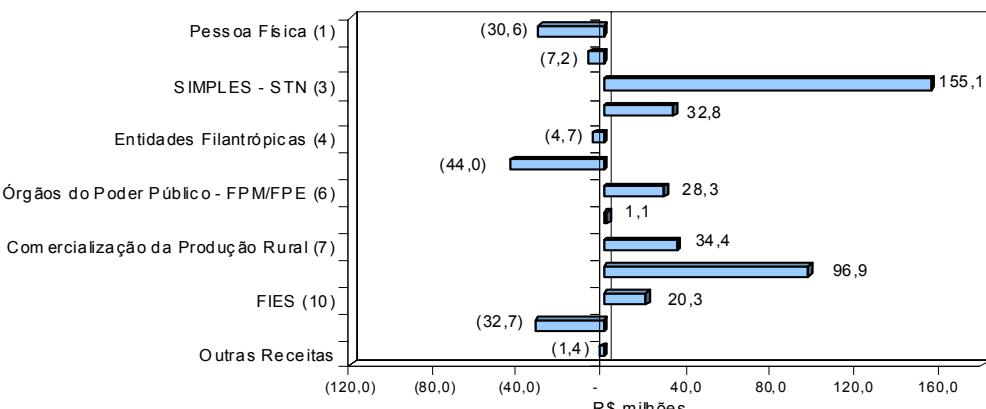
Entre os principais fatores que contribuíram para o crescimento da despesa com benefícios previdenciários, pode-se citar: (i) o reajuste acima da inflação concedido ao salário mínimo (em janeiro de 2010), fazendo com que o piso previdenciário – que em abril determinou o valor recebido por 67,3% dos beneficiários da Previdência Social (representa 18,4 milhões de beneficiários) – tenha tido um ganho significativo no seu valor real; (ii) o crescimento vegetativo, natural, do estoque de benefícios; (iii) reajuste dos benefícios com valor superior a 1 salário mínimo, concedido em janeiro de 2010, com base no INPC do período de fevereiro a dezembro de 2009.

## RECEITAS CORRENTES E MERCADO DE TRABALHO

Em abril de 2010, as receitas correntes foram de R\$ 17,1 bilhões, aumento de 1,5% (+R\$ 248,3 milhões) em relação a março de 2010, e de 11,4% (+R\$ 1,8 bilhão) em relação a abril de 2009. Entre elas, merecem destaque as rubricas que guardam uma relação direta com o mercado de trabalho formal: A rubrica de empresas em geral permaneceu praticamente estável em relação a fevereiro de 2010, mas cresceu 11,7% (+R\$ 1,2 bilhão) na comparação com abril de 2009. O recolhimento das empresas optantes pelo SIMPLES (recolhimento em GPS e repasse STN) apresentou

crescimento de 8,2% (+R\$ 147,9 milhões) na comparação com março deste ano e de 20,5% (+R\$ 332,2 milhões) na comparação com abril de 2009. A rubrica de retenção 11% apresentou um crescimento de 7,7% (+R\$ 96,9 milhões) em relação a março de 2010 e de 15,2% (+R\$ 179,3 milhões) em relação a abril de 2009.

**GRÁFICO 2**  
Variação das Receitas Correntes (abril) de 2010 em relação ao mês anterior - Em R\$ milhões de Abril/2010 (INPC)

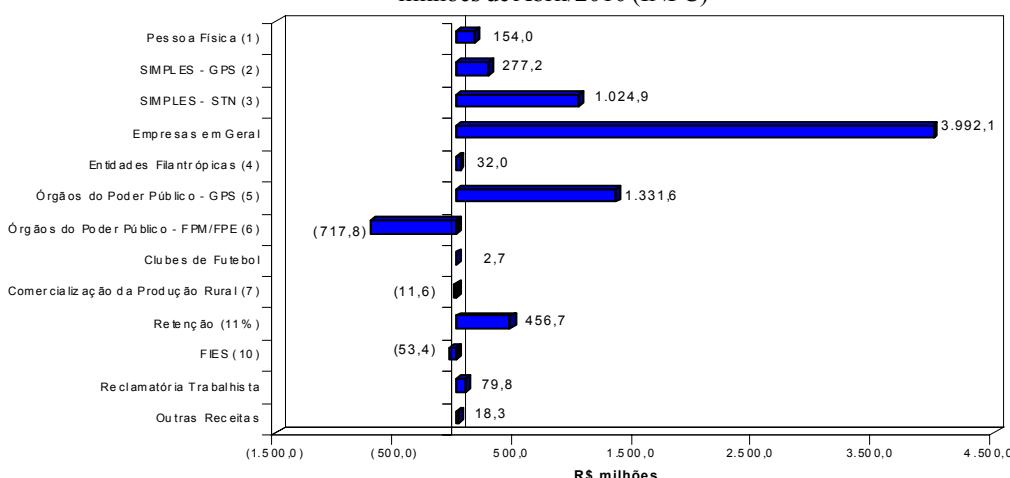


*Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) – Elaboração: SPS/MPS.*

No acumulado do quadrimestre, as receitas correntes apresentaram o montante de R\$ 66,9 bilhões, superior 10,9% (+R\$ 6,6 bilhões) em relação ao mesmo período de 2009, sendo fortemente influenciada pelo recolhimento das empresas em geral, com crescimento de 10,1% (+R\$ 4,0 bilhões), das empresas optantes pelo SIMPLES (recolhimento em GPS e repasse da STN), com elevação de 20,6% (+R\$ 1,3 bilhão), pela retenção efetuada das empresas prestadoras de serviço (11%), com aumento de 9,8% (+R\$ 456,7 milhões), e por fim do recolhimento em GPS por órgão do poder público, que foi 45,9% (+R\$ 1,3 bilhão) maior que o período correspondente de 2009.

O crescimento das receitas correntes, especialmente nas rubricas acima destacadas, pode ser, principalmente, resultado do aumento de adesões ao SIMPLES verificado nos últimos meses e do crescimento de empregados por empresas prestadoras de serviços, mediante cessão de mão-de-obra ou empreitada, inclusive em regime de trabalho temporário – retenção de 11%, e também a recuperação do mercado de trabalho formal no primeiro bimestre do ano, conforme divulgado pelas pesquisas de mercado de trabalho, em especial o CAGED do Ministério do Trabalho e Emprego.

**GRÁFICO 3**  
Variação das Receitas Correntes (Janeiro a Abril) de 2010 em relação a 2009 - Em R\$ milhões de Abril/2010 (INPC)



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) – Elaboração: SPS/MPS.

Conforme citado anteriormente, as receitas correntes guardam uma vinculação muito estreita com o mercado de trabalho. Esse fato pode ser percebido ao se analisar os principais indicadores do mercado de trabalho para o mês de março de 2010.

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, em março de 2010 foram gerados 266.415 postos de trabalho, resultado que superou em 29% o recorde anterior para o mesmo período, obtido em 2008 (+206.556 postos de trabalho). Esse número representa um crescimento de 0,80% em relação ao estoque de assalariados com carteira assinada do mês anterior e situa-se 147% acima da média mensal dos saldos do período de maior vigor do CAGED (2003 a 2010). No primeiro trimestre de 2010, foram gerados 657.259 postos de trabalho (+1,99%), o melhor desempenho para o período em toda a série do CAGED. Este saldo suplantou em 19% o recorde anterior registrado no ano de 2008 (+554.440 postos de trabalho). Nos últimos doze meses, verificou-se um aumento expressivo de 1.710.120 postos de trabalho (+5,35%), a maior elevação desde novembro de 2008, nesse tipo de comparação. Em março, todos os vinte e cinco setores e subsetores de atividade econômica expandiram o nível de emprego, com quinze deles exibindo saldo recordes. O aumento do emprego na Construção Civil em março, de 38.629 postos de trabalho ou +1,64%, foi recorde no período, pelo terceiro mês consecutivo, e o quarto melhor saldo de toda a série histórica do CAGED. Esse resultado pode ser atribuído preponderantemente ao conjunto de medidas de incentivo ao setor adotadas pelo governo federal.

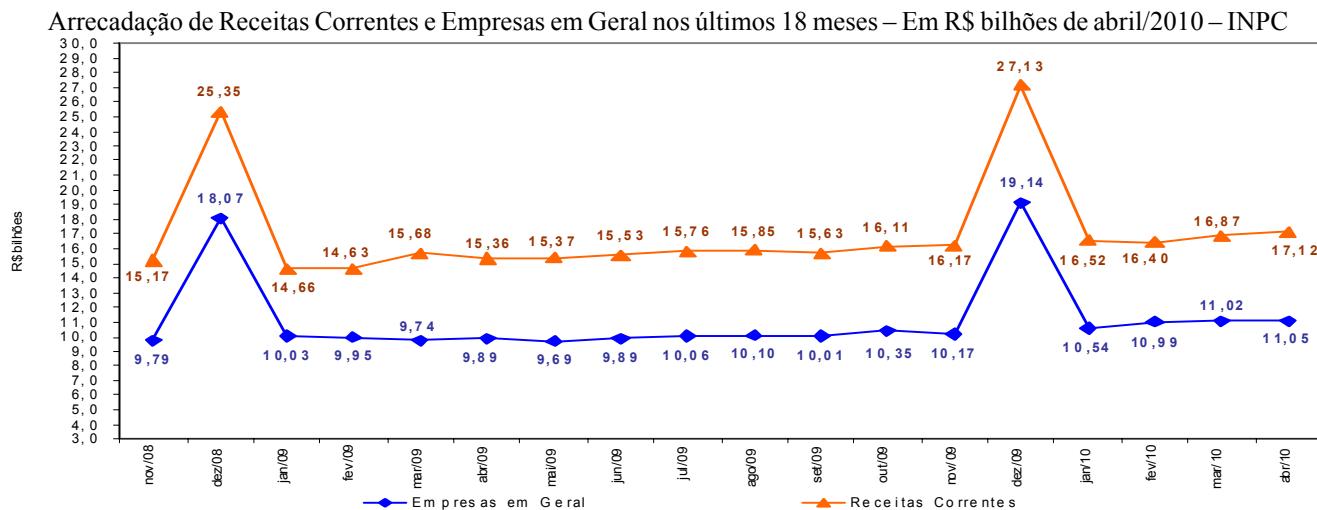
Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego – PME, a população ocupada, estimada em 21,7 milhões em março de 2010, no total das seis regiões, manteve comportamento de estabilidade perante o mês anterior. No confronto com março do ano passado apresentou elevação de 3,8%, ou seja, acréscimo de 796 mil postos de trabalho no período de um ano. Considerando o nível da ocupação (proporção de pessoas ocupadas em relação às pessoas em idade ativa), estimado em 52,7% para o total das seis regiões, houve estabilidade em relação a fevereiro último e elevação de 1,2% frente a março de 2009. O número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada no

setor privado foi estimado em 10,0 milhões em março, ficou estável na comparação mensal. Em relação a março do ano passado esta estimativa teve crescimento de 7,2%, equivalendo a mais 668 mil postos de trabalho com carteira assinada no intervalo de um ano. O rendimento médio real habitual dos trabalhadores, apurado em março de 2010 em R\$ 1.413,40, apresentou alta na comparação mensal (0,4%). E frente a março do ano passado, o poder de compra do rendimento médio de trabalho dos ocupados aumentou 1,5%.

A Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário – PIMES apontou, em março de 2010, avanço no emprego industrial de 0,7% frente ao mês anterior, na série livre de influências sazonais, terceiro resultado positivo consecutivo, com ganho acumulado de 1,7% nesse período. Com isso, o índice de média móvel trimestral apontou acréscimo de 0,6% entre fevereiro e março, prosseguindo com a trajetória ascendente iniciada em agosto de 2009. Ainda na série com ajuste sazonal, no índice trimestre contra trimestre imediatamente anterior, o pessoal ocupado na indústria cresceu 1,0% nos três primeiros meses de 2010, terceiro trimestre consecutivo de expansão, acumulando nesse período expansão de 2,9%. Frente a março de 2009, o emprego industrial mostrou avanço de 2,4%, segunda taxa positiva consecutiva e a mais elevada desde agosto de 2008 (2,5%). Com isso, o fechamento do primeiro trimestre do ano registrou expansão de 0,7% na comparação com igual período do ano anterior. A taxa anualizada, indicador acumulado nos últimos doze meses, permaneceu apontando queda (-4,2%), mas prosseguiu reduzindo o ritmo de perda frente aos meses anteriores.

Os Indicadores Industriais da Confederação Nacional da Indústria – CNI de março de 2010 apontam que o emprego na indústria de transformação cresceu 1,0% na comparação com fevereiro. Os dados dessazonalizados apontam alta de 0,7% na mesma base de comparação. Considerando a intensa variação nos meses anteriores (de 0,9% em janeiro e em fevereiro), e a continuidade da expansão do indicador dessazonalizado – oito meses seguidos de alta – o emprego mantém sólida retomada dos impactos da crise. Ainda de acordo com os dados dessazonalizados, o emprego cresceu 2,5% no primeiro trimestre do ano, frente ao quarto trimestre de 2009. Mesmo com a retomada, o indicador de março ainda situou-se 0,5% inferior ao registrado no período pré-crise, ou seja, setembro de 2008. Comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, o emprego cresceu 4,7%, o que representa uma aceleração da taxa registrada em fevereiro (2,8%), na mesma base de comparação. Na média do primeiro trimestre de 2010, o emprego cresceu 2,8% frente ao mesmo período do ano anterior. A massa salarial real da indústria de transformação cresceu 2,3% em março, frente ao mês anterior. Na comparação anual, ou seja, frente ao mesmo mês do ano anterior, a massa salarial expandiu 5,5%. É o terceiro mês seguido de crescimento dessa variável. A expansão ganhou força ao longo do trimestre e nos últimos dois meses houve aceleração do ritmo de crescimento desse indicador. Na média do primeiro trimestre de 2010, comparativamente ao mesmo trimestre do ano anterior, a massa salarial cresceu 3,3% em março, também registrando a segunda aceleração seguida da taxa de crescimento, nessa base de comparação.

#### GRÁFICO 4

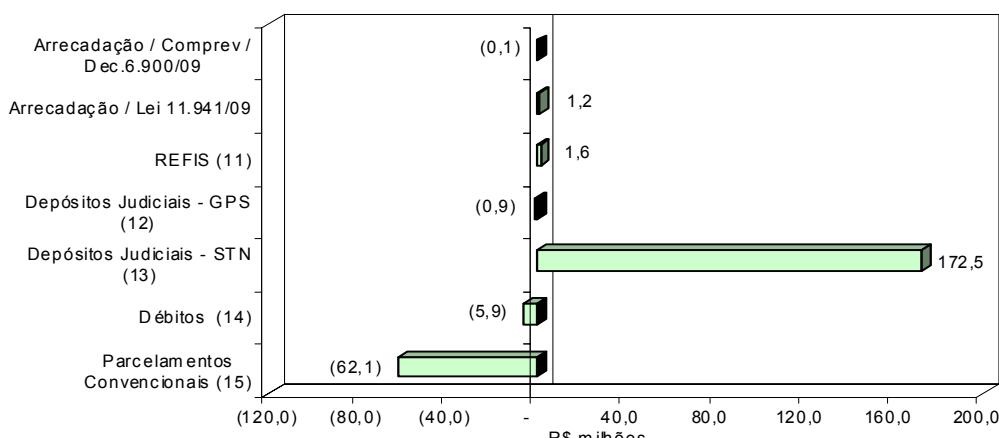


Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) – Elaboração: SPS/MPS.

## RECEITAS ORIUNDAS DE MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS

As receitas provenientes de medidas de recuperação de créditos foram de R\$ 823,0 milhões, aumento de 14,8% (+R\$ 106,2 milhões), entre abril e março de 2010. Esta elevação foi decorrente, em grande medida, dos acréscimos nas rubricas de Depósitos Judiciais – Recolhimento Repasse STN, que cresceu 149,9% (+R\$ 172,5 milhões). Com relação ao desempenho negativo, destaca-se a rubrica Parcelamentos Convencionais, com queda de 17,9% (-R\$ 62,1 milhões) entre abril e março de 2010, conforme se pode observar no Gráfico 5.

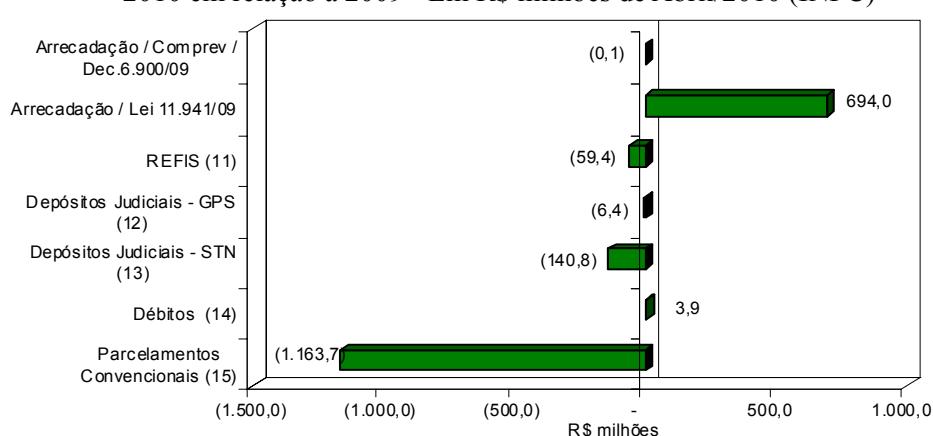
**GRÁFICO 5**  
Variação das Receitas de Recuperação de Créditos (Abril/2010) em relação ao mês anterior - Em R\$ milhões de Abril/2010 (INPC)



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) – Elaboração: SPS/MPS.

No acumulado de janeiro a abril de 2010, as receitas originadas de recuperação de créditos foram de R\$ 2,8 bilhões, redução de 19,3% (-R\$ 672,4 milhões) em relação ao mesmo período de 2009. Quase todas as rubricas apresentaram desempenho negativo, a exceção foi a rubrica Débitos, que aumentou 1,8% (+R\$ 3,9 milhões), entre o acumulado de janeiro a abril de 2010 e o período correspondente de 2009. A rubrica de Parcelamentos Convencionais apresentou variação negativa de 47,4% (-R\$ 1,2 bilhão), entre o acumulado de janeiro a abril de 2010 e o correspondente de 2009, e representou 46,0% do total das receitas de recuperação crédito no acumulado deste ano. A rubrica Arrecadação/Lei 11.941/2009 registra no acumulado R\$ 694,0 milhões mas não serve como base comparativa com o mesmo período de 2009 porque se trata de um parcelamento especial que teve início em agosto de 2009.

**GRÁFICO 6**  
Variação das Receitas de Recuperação de Créditos (Janeiro a Abril) de 2010 em relação a 2009 - Em R\$ milhões de Abril/2010 (INPC)



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) – Elaboração: SPS/MPS.

## BENEFÍCIOS EMITIDOS E CONCEDIDOS

Em abril de 2010, a quantidade de benefícios emitidos foi de 27,3 milhões de benefícios, com aumento de 0,9% (+254,0 mil benefícios) em relação ao mês anterior. Entre abril e março de 2010, os Benefícios Previdenciários e Assistenciais apresentaram variações positivas de 0,9% (+194,6 mil benefícios) e 1,9% (+65,8 mil benefícios), respectivamente. Já os Benefícios Acidentários tiveram queda de 0,9% (-6,8 mil benefícios) (Tabela 3).

**TABELA 3**

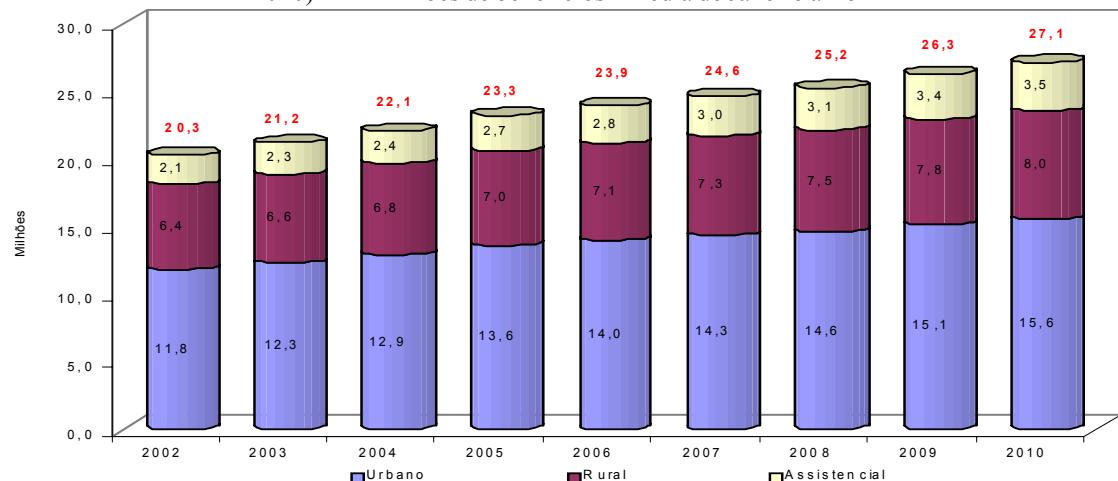
Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social (Abr/2009, Mar/2010 e Abr/2010)

	abr/09 (A)	mar/10 (B)	abr/10 (C)	Var. % (C / B)	Var. % (C / A)	Média Jan. a abr-09	Média Jan. a abr-10	Var. %
<b>TOTAL</b>	<b>26.402.338</b>	<b>27.048.356</b>	<b>27.302.364</b>	<b>0,9</b>	<b>3,4</b>	<b>26.253.039</b>	<b>27.126.261</b>	<b>3,3</b>
<b>PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>22.218.319</b>	<b>22.736.409</b>	<b>22.931.030</b>	<b>0,9</b>	<b>3,2</b>	<b>22.094.053</b>	<b>22.791.671</b>	<b>3,2</b>
Apoio à Idade	14.660.136	15.076.295	15.236.097	1,1	3,9	14.580.968	15.160.035	4,0
Idade	7.613.780	7.856.916	7.949.345	1,2	4,4	7.570.704	7.907.242	4,4
Invalidez	2.859.513	2.902.600	2.920.771	0,6	2,1	2.851.223	2.909.746	2,1
Tempo de Contribuição	4.186.843	4.316.779	4.365.981	1,1	4,3	4.159.042	4.343.048	4,4
Pensão por Morte	6.331.412	6.457.846	6.510.908	0,8	2,8	6.311.578	6.486.004	2,8
Auxílio-Doença	1.115.620	1.078.270	1.057.559	(1,9)	(5,2)	1.098.211	1.025.887	(6,6)
Salário-Maternidade	6.325,0	71.166	71.768	0,8	13,5	56.685	66.398	17,1
Outros	4.790,1	52.832	54.698	3,5	14,2	46.611	53.347	14,5
<b>ACIDENTÁRIOS</b>	<b>80.448,0</b>	<b>798.088</b>	<b>791.240</b>	<b>(0,9)</b>	<b>(1,6)</b>	<b>800.499</b>	<b>785.015</b>	<b>(1,9)</b>
Apoio à Idade	15.547,8	159.766	161.805	1,3	4,1	154.707	160.770	3,9
Pensão por Morte	12.758,1	126.740	126.332	(0,3)	(1,0)	127.762	126.466	(1,0)
Auxílio-Doença	17.052,1	161.541	152.775	(5,4)	(10,4)	166.628	147.920	(11,2)
Auxílio-Accidente	27.350,1	275.448	276.634	0,4	1,1	273.214	275.852	1,0
Auxílio-Suporte familiar	7.739,9	74.593	73.694	(1,2)	(4,8)	78.188	74.008	(5,3)
<b>ASSISTENCIAIS</b>	<b>3.371.535</b>	<b>3.504.080</b>	<b>3.569.851</b>	<b>1,9</b>	<b>5,9</b>	<b>3.350.656</b>	<b>3.539.503</b>	<b>5,6</b>
Amparo e Assistenciais - LOAS	3.008.597	3.166.845	3.244.131	2,4	7,8	2.981.123	3.209.653	7,7
Idoso	1.463.093	1.541.220	1.567.219	1,7	7,1	1.447.978	1.555.132	7,4
Portador de Deficiência	1.545.504	1.625.625	1.676.912	3,2	8,5	1.533.145	1.654.521	7,9
Pensões Mensais Vitalícias	15.099	14.838	14.656	(1,2)	(2,9)	15.175	14.716	(3,0)
Rendas Mensais Vitalícias	34.7839	322.397	311.064	(3,5)	(10,6)	354.358	315.134	(11,1)
Idade	95.038	85.090	80.732	(5,1)	(15,1)	97.865	82.299	(15,9)
Invalidez	252.801	237.307	230.332	(2,9)	(8,9)	256.494	232.835	(9,2)
<b>ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU)</b>	<b>8.04</b>	<b>9.779</b>	<b>10.243</b>	<b>4,7</b>	<b>28,0</b>	<b>7.831</b>	<b>10.072</b>	<b>28,6</b>

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social-AEPS; Boletim Estatístico de Previdência Social-BEPS. Elaboração: SPS/MPS.

Da quantidade média de 27,1 milhões de emissões verificadas no período de janeiro a abril de 2010, 57,6% (15,6 milhões) foram destinados a beneficiários da área urbana, 29,5% (8,0 milhões) a beneficiários da área rural e 12,9% (3,5 milhões) aos assistenciais (Gráfico 7). De 2002 a 2010, a quantidade de benefícios emitidos apresentou incremento de 32,2% no meio urbano, de 25,0% no meio rural e de 66,7% nos assistenciais.

Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social, segundo a clientela (2002 a 2010) - Em milhões de benefícios - Média de Janeiro a Abril



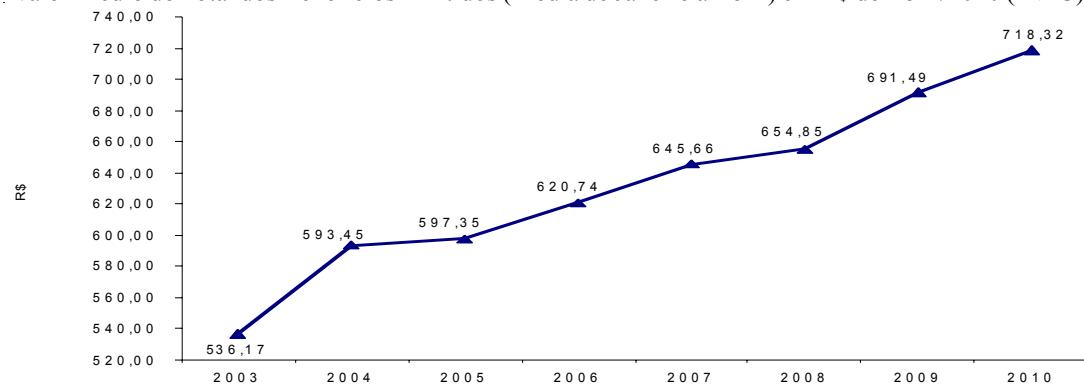
Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social-AEPS; Boletim Estatístico de Previdência Social-BEPS – Elaboração: SPS/MPS.

O valor médio dos benefícios emitidos foi de R\$ 718,32, no acumulado de janeiro a abril de 2010, ocorrendo elevação de 3,9%

em relação ao mesmo período de 2009. Entre o acumulado de 2010 e o período correspondente de 2003, o valor médio real dos benefícios emitidos cresceu 34,0% (Gráfico 8).

GRÁFICO 8

Valor Médio do Total dos Benefícios Emitidos (Média de Janeiro a Abril) em R\$ de Abril/2010 (INPC)



Fonte: AEPS e BEPS. Elaboração: SPS/MPS.



Em abril de 2010, foram concedidos 384,7 mil novos benefícios, queda de 16,9% (-78,1 mil benefícios) em relação ao mês anterior e de 1,7% (-6,8 mil benefícios), quando comparado com abril de 2009. Todos os grandes grupos de benefícios apresentaram redução, entre abril de 2010 e o mês anterior. Os Benefícios Previdenciários diminuíram 17,0% (-66,3 mil benefícios), os Acidentários 14,0% (-4,7 mil benefícios) e os Assistenciais 17,9% (-7,0 mil benefícios), nessa mesma comparação, conforme pode ser visto na Tabela 4.

#### TABELA 4

Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos pela Previdência Social (Abr/2009, Mar/2010 e Abr/2010)

	abr/09 (A)	mar/10 (B)	abr/10 (C)	Var. % (C / B)	Var. % (C / A)	Acum. Jan. a abr-09	Acum. Jan. a abr-10	Var. %
<b>TOTAL</b>	<b>39 147 72</b>	<b>462 812</b>	<b>38 4709</b>	<b>(16,9)</b>	<b>(1,7)</b>	<b>1 465 530</b>	<b>1 495 072</b>	<b>2,0</b>
<b>PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>32 6419</b>	<b>389 487</b>	<b>32 3214</b>	<b>(17,0)</b>	<b>(1,0)</b>	<b>1 218 084</b>	<b>1 251 627</b>	<b>2,8</b>
Apo se ntadorias	9 3530	104 431	8 5106	(18,5)	(9,0)	349 653	332 002	(5,0)
Ida de	5 1621	57 104	4 6472	(18,6)	(10,0)	194 138	180 114	(7,2)
Invalidez	1 4631	19 641	1 62299	(17,0)	11,4	58 196	65 003	11,7
Tempo de Contribuição	2 7278	27 686	2 2335	(19,3)	(18,1)	97 319	86 885	(10,7)
Pen sô por Morte	3 0872	37 453	3 0850	(17,6)	(0,1)	120 340	124 219	3,2
Auxílio -Doença	14 9399	188 372	15 7244	(16,5)	5,3	566 325	605 106	6,8
Salário-Maternidade	5 0788	56 833	4 7878	(15,8)	(5,7)	175 366	182 623	4,1
Outros	1 830	2 398	2 136	(10,9)	16,7	6 400	7 677	20,0
<b>ACIDENTÁRIOS</b>	<b>3 2577</b>	<b>33 960</b>	<b>2 9206</b>	<b>(14,0)</b>	<b>(10,3)</b>	<b>126 760</b>	<b>112 600</b>	<b>(11,2)</b>
Apo se ntadorias	7 91	1 109	8 57	(2,7)	8,3	2 889	3 543	22,6
Pen sô por Morte	85	89	52	(41,6)	(38,8)	305	248	(18,7)
Auxílio -Doença	3 0523	31 483	2 7102	(13,9)	(11,2)	118 877	104 382	(12,2)
Auxílio -Acidente	1 168	1 260	1 182	(6,2)	1,2	4 638	4 380	(5,6)
Auxílio -Suplementar	10	19	13	(31,6)	30,0	51	47	(7,8)
<b>ASSISTENCIAIS</b>	<b>3 2131</b>	<b>39 114</b>	<b>3 2116</b>	<b>(17,9)</b>	<b>(0,0)</b>	<b>119 920</b>	<b>130 129</b>	<b>8,5</b>
Ampaços Assistenciais - LOAS	3 2090	39 074	3 2078	(17,9)	(0,0)	119 783	129 980	8,5
Idoso	1 7844	16 878	1 4110	(16,4)	(20,9)	67 269	56 612	(15,8)
Portador de Deficiência	1 4246	22 196	1 7968	(19,0)	26,1	52 514	73 368	39,7
Pen sôs Men sais Vitalícias	41	40	38	(5,0)	(7,3)	137	146	6,6
Rendas Mensais Vitalícias	-	-	-	-	-	-	3	-
Ida de	-	-	-	-	-	-	-	-
Invalidez	-	-	-	-	-	-	3	-
<b>ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU)</b>	<b>3 45</b>	<b>251</b>	<b>1 73</b>	<b>(31,1)</b>	<b>(49,9)</b>	<b>7 66</b>	<b>716</b>	<b>(6,5)</b>

Fonte:Anuário Estatístico da Previdência Social-AEPS; Boletim Estatístico de Previdência Social-BEPS. Elaboração: SPS/MPS.

No acumulado de janeiro a abril de 2010, a quantidade de benefícios concedidos foi de 1,5 milhão, aumento de 2,0% (+29,5 mil benefícios) em relação ao mesmo período de 2009. Os Benefícios Assistenciais apresentaram o maior crescimento, em termos percentuais, entre o acumulado de janeiro a abril de 2010 e o período correspondente de 2009, de 8,5% (+10,2 mil benefícios), seguido dos Benefícios Previdenciários, que aumentaram 2,8% (+33,5 mil benefícios). Já os Benefícios Acidentários sofreram queda de 11,2% (-14,2 mil benefícios).

Notas Explicativas - Tabela 2:

- (1) Contribuinte Individual, Empregado Doméstico, Segurado Especial e Facultativo.
- (2) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - relativo à contribuição do segurado empregado de empresas optantes pelo SIMPLES.
- (3) Repasse, pela Secretaria do Tesouro Nacional, dos valores recolhidos relativos à cota patronal de empresas optantes pelo SIMPLES.
- (4) Recolhimento relativo à contribuição do segurado empregado de Entidades Filantrópicas das áreas de saúde, educação e assistência social, que têm isenção da cota patronal.
- (5) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - em relação aos servidores da administração direta, autarquias e fundações, da União, Estados e Municípios, vinculados ao RGPS.
- (6) Valores retidos do Fundo de Participação dos Estados - FPE - ou do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - para pagamento das contribuições correntes de Estados e Municípios.
- (7) Valores recolhidos por Produtos Rurais Pessoa Física e Jurídica, quando da comercialização de sua produção.
- (8) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde - FNS.
- (9) Valor do resgate de Certificados da Dívida Pública - CDP - junto ao Tesouro Nacional.
- (10) Contribuições das universidades com utilização de recursos do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES, repassadas à Previdência Social por meio do Tesouro Nacional.
- (11) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS.
- (12) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - de parcelas de créditos previdenciários das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência
- (13) Valor repassado pela Secretaria do Tesouro Nacional referente à parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).
- (14) Débitos quitados através de Guia da Previdência Social - GPS - ou recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.
- (15) Pagamento de parcelamentos administrativos e judiciais, com exceção dos incluídos no Programa de Recuperação Fiscal instituído pela Lei 9.964 de abril de 2000.
- (16) Amortização de débitos de Estados e Municípios, por meio de retenção do FPM e FPE.
- (17) Inclui Ressarcimentos de Arrecadação
- (18) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.

**Tabela 1**  
**Fluxo de Caixa - 2010 (R\$ mil correntes)**

Itens de Receita e Despesa	Em R\$ mil - Valores Correntes											Acum. 2010	
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	Jul	ago	set	out	nov	dez	
<b>1. SALDO INICIAL</b>	<b>4.174.167</b>	<b>10.717.800</b>	<b>14.714.570</b>	<b>15.365.736</b>									<b>4.174.167</b>
<b>2. RECEBIMENTOS</b>	<b>29.709.572</b>	<b>27.446.244</b>	<b>27.733.674</b>	<b>22.843.597</b>									<b>107.673.166</b>
2.1. ARRECADAÇÃO	16.809.559	16.816.283	17.457.805	17.938.381									<b>69.036.028</b>
- Arrecadação Bancária	15.061.723	15.499.006	16.039.448	16.116.111									<b>62.686.288</b>
- SIMPLES (1)	1.437.776	1.091.154	1.443.319	1.306.728									<b>4.978.079</b>
- Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (2)													<b>41.036</b>
- Fundo Nacional da Saúde - FNS (3)	11.566	9.528	9.161	10.781									<b>168</b>
- Fundo de Recuperação da Dívida Pública - CDP (4)	5	-	132	32									<b>686.076</b>
- Centro Cultural da Dívida Pública - CDP (4)	167.315	171.308	172.687	175.168									<b>17.335</b>
- Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (5)	53.336	19.869	39.776	60.325									<b>17.335</b>
- Quitação de Dívidas (6)	86.901	61.788	114.197	287.412									<b>550.378</b>
- Depósitos Judiciais (7)	(9.062)	(36.571)	(16.916)	(18.555)									<b>(61.033)</b>
- Restituições de Acredação	(51.605)	(11.480)	(269.133)	(75.361)									<b>173.647</b>
2.2. OUTROS RECEBIMENTOS FINANCEIROS	21.189	5.346	21.1965	13.269									<b>61.768</b>
2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PROPRIOS	2.4. ANTICIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) (8)	7.012.905	(1.765.519)	1.620.700									<b>13.817.635</b>
2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIAO	5.981.163	3.600.230	11.656.290	3.346.718									<b>24.564.985</b>
- Recursos Ordinários (Ind. Recursos Ordinários / COFINS - TRF)	780.314	244.767	3.293.200	408.229									<b>5.159.860</b>
- Concursos e Prognósticos	25.987	13.000	1.600	2.624									<b>43.211</b>
- Operações de Crédito Externa	3.322	-	-	-									<b>3.322</b>
- COFINS	2.551.958	(76.537)	5.755.752	1.290.158									<b>9.041.565</b>
- COFINS LOAS	2.020.939	2.970.287	2.47.339	1.187.000									<b>8.325.555</b>
- COFINS INSUFLAS, Imp. e Contrib. - EPU	105.000	80.000	109.000	86.000									<b>380.000</b>
- Devolução do Plano Seguridade Social (PSS) / PASEP / Outros	-	-	-	-									-
- Recursos Ordinários - Contrapartida	-	-	-	-									<b>1.614.764</b>
- Contrib. Social sobre Lucro Ind. Contrib. Social / Lucro - Contrapartida	476.551	368.713	396.409	372.552									<b>1.170.92</b>
- Contrib. Provisória / Moç. Financeira - CPMF	23.166.128	23.449.274	27.019.680	23.622.054									<b>97.287.138</b>
<b>3. PAGAMENTOS</b>	<b>20.446.860</b>	<b>21.041.659</b>	<b>24.120.562</b>	<b>22.046.024</b>									<b>89.867.005</b>
3.1. PAGAMENTOS INSS	19.547.090	21.166.267	24.622.475	21.363.711									<b>86.254.47</b>
- Total de Benefícios	(85.488)	(124.808)	(78.880)	(123.429)									<b>86.699.43</b>
3.1.1.1. PREVIDÊNCIA DOS BEMEFÍCIOS	17.734.426	18.988.399	22.693.331	19.341.869									<b>(42.375)</b>
3.1.1.1.1. Pagos pelo INSS	17.559.335	18.850.162	18.922.374	18.961.443									<b>78.242.05</b>
3.1.1.1.2. Serviços Judiciais - TRF (9)	225.091	138.237	3.986.958	380.236									<b>74.293.313</b>
3.1.1.2. INAC/PREVIDÊNCIA/DIRCARTÁRIOS	1.667.176	2.053.260	1.971.464	1.696.222									<b>4.430.712</b>
3.1.1.2.1. ERU/TN.	1.587.593	1.977.669	1.811.313	1.631.163									<b>7.550.122</b>
3.1.1.2.2. LOSA	833.121	728.766	677.726	654.634									<b>2.989.427</b>
3.1.2. PESSOAL (10)	202.127	102.052	264.031	151.229									<b>719.69</b>
3.1.3. COSTEIO (11)	2.679.278	1.576.917	1.557.127	1.576.030									<b>7.389.233</b>
3.2. TRANS. A TERCEROS (12)	4. ARRECADACAO LIQUIDA (2.1-3.2)	15.207.343	15.882.924	16.330.056									<b>61.498.39</b>
5. SALDO PREVIDENCIARIO (4 - 3.1.1)	(3.708.410)	(3.781.056)	(6.726.407)	(3.011.819)									<b>(17.227.066)</b>
6. SALDO ARREC. LIQ. BENEF. (4 - 3.1.1)	(5.375.586)	(5.823.426)	(8.837.872)	(4.910.335)									<b>(24.757.006)</b>
7. SALDO OPERACIONAL (2 - 3)	6.543.444	3.996.969	653.955	(78.357)									<b>(10.416.151)</b>
8. SALDO FINAL (1 + 2 - 3) (13)	10.717.600	14.714.570	15.365.565	14.587.378									<b>14.590.201</b>

Fone: CGF/INSS  
Elaboração: SPS/MP

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida para a União.  
 (2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).

(3) Dívida dos hospitais juntó à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde.

(4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional.

(5) Contribuições das Universidades com utilização de recursos do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior – FIES, repassadas à Previdência através da Secretaria do Tesouro Nacional.

(6) Débitos recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.

(7) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(8) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(9) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo paga pelo INSS.

(10) Reúne pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.

(11) Reúne as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.

(12) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (salário educação), IN/CRA, DPC/FD/EP - Marítimo, SRR/MA/RRA, SENAI, SESI, SENAR, SEBRAE, SESC, SECOOP.

(13) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.



**Fluxo de Caixa - Abr/2010 (R\$ mil de Abr/2010 - INPC)**

Itens de Receita e Despesa	Valores em mil R\$ de Abr/2010 - INF C										Acum. Jan.	Var. Acum.		
	abr/09		mar/10		abr/10		Var. III/II		Em %					
	I	II	III	IV	V	VI	Var. -09	Var. -10	a abr-09 - IV	a abr-10 - V				
<b>1. SALDO INICIAL</b>														
<b>2. RECEBIMENTOS</b>														
<b>2.1. ARRECADADA O</b>														
-Arrecadação Bancária	9.508.072	14.821.970	15.365.735	3.7	61.6	27.044.434	45.324.251	67.6						
-SIMPLES <sup>(1)</sup>	22.381.540	27.843.876	22.811.402	(18,1)	2,1	95.641.276	108.726.715	13.7						
-Programa de Recuperação Fiscal - REFIS <sup>(2)</sup>	16.368.553	17.567.345	17.906.866	1.9	9,4	63.726.185	69.616.466	9,2						
-Fundo Nacional de Saúde - FNS <sup>(3)</sup>	14.887.672	16.126.300	16.116.111	(0,1)	8,4	58.905.919	63.351.683	7,5						
-Fundo de Recuperação Fiscal - REFIS <sup>(2)</sup>	1.054.481	1.151.664	1.306.729	13.5		4.009.138	5.034.076	25,6						
-Fundo Nacional de Saúde - FNS <sup>(3)</sup>	25.783	9.228	10.781	16,8	(58,2)	100.863	141.450	(56,9)						
-Certificados da Dívida Pública - CDP <sup>(4)</sup>	124	133	32	(76,2)	(74,4)	222	170					(23,3)		
-Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES <sup>(5)</sup>	-	-	-	-	-	-	-	-						
-Ouvidoria de Dívidas <sup>(6)</sup>	61.633	40.066	60.325	50,6	(2,1)	228.470	175.032					(23,4)		
-Depósitos Judiciais <sup>(7)</sup>	-	-	-	-	-	-	-	-				-		
-Restituições de Arrecadadação	413.145	115.030	287.492	149,9	(30,4)	694.757	553.978	(20,3)						
-22. RENDIMENTOS FINANCEIROS	(23.531)	(17.039)	(18.255)	7,1	(22,4)	(71.452)	(118.939)	(174.811)				(247,0)		
-23. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS	21.243	22.125	13.269	(40,0)	(37,5)	120.369	62.463	(48,1)						
-24. ANTICIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) <sup>(8)</sup>	(1.785.589)	(1.778.405)	1.620.700	(191,1)	(190,8)	5.042.558	14.055.566	178,7						
-25. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	7.770.583	11.741.368	3.346.708	(71,5)	(56,9)	26.871.104	24.850.389	(7,5)						
-Recursos Ordinários (incl. Recursos Ordin./COFINS - TRF)	312.484	3.753.397	408.299	(89,1)	30,7	4.084.966	5.207.130							
-Concursos Prognósticos	99	1.612	2.624	62,8	2.549,7	13.502	43.971	225,7						
-Operações de Crédito Externa	-	-	-	-	-	2.121	3.394					80,0		
-COFINS	5.397.080	5.314.259	1.290.193	(75,7)	(76,1)	13.960.977	9.133.763	(34,6)						
-COFINSLÓGAS	1.683.020	2.163.002	1.187.000	(45,1)	(28,2)	7.087.957	8.427.772	18,9						
-COFINSDAS, Imp. e Contrib. - EPU	61.928	109.796	86.000	(21,7)	38,9	442.220	384.214	(13,1)						
-Deduição do Plano Seguridade Social (PSS) / PASEP / Outros	-	-	-	-	-	0		(100,0)						
-Recursos Ordinários -Contrapartida	-	-	-	-	-	-	-	-						
-Contrib. Social sobre Lucro Lndr. (Contrib. Social s/ Lucro - Contrapartida)	345.923	399.302	372.592	(6,7)	7,7	1.279.301	1.632.756							
-Contrib. Própria s/ Mov. Financeira - CPMF	59	-	-	(100,0)	59	59	17.460	29.456,7						
<b>3. PAGAMENTOS</b>	<b>22.106.256</b>	<b>27.216.894</b>	<b>23.622.054</b>	<b>(13,2)</b>	<b>6,9</b>	<b>89.437.359</b>	<b>98.292.441</b>	<b>9,9</b>						
<b>3.1. PAGAMENTOS INSS</b>														
<b>3.1.1. BENEFÍCIOS</b>														
-Total de Benefícios	20.105.954	24.782.046	21.383.711	(13,7)	6,8	80.838.002	87.606.223	8,4						
-Dedução de Benefícios	(146,125)	(79,426)	(123,429)	55,4	(15,5)	(1.280.518)	(426.809)	(66,7)						
-31.1.1. PREVIDENCIÁRIOS	18.152.687	22.774.355	19.441.869	(15,1)	6,7	72.855.620	79.156.701	9,2						
-31.1.1.1. Pagos pelo INSS	17.824.504	19.069.486	18.961.443	(0,5)	6,4	68.891.858	75.082.229	9,0						
-31.1.1.2. Sentenças Judiciais - TRF <sup>(9)</sup>	308.183	3.713.868	380.426	(89,8)	23,4	3.963.762	4.464.471	12,6						
-31.1.2. NÃO-PREVIDENCIÁRIOS	1.737.142	1.925.416	1.898.222	(1,4)	9,3	6.701.864	7.609.672	13,5						
-31.1.2.1. EPL T.N.	69.122	81.907	63.163	(22,9)	(8,6)	282.086	303.051							
-31.1.2.2. LOAS	1.668.019	1.843.509	1.835.059	(0,5)	10,0	6.419.778	7.306.621	13,8						
-31.1.2.3. PESSOAL <sup>(10)</sup>	574.664	682.673	654.634	(4,1)	13,9	2.161.848	2.927.679	35,4						
-31.1.3. CUSTEIO <sup>(11)</sup>	156.402	156.358	151.289	(43,1)	(3,3)	750.846	727.266	(3,1)						
-32. TRANSF. A TERCEIROS <sup>(12)</sup>	1.505.380	1.568.393	1.576.030	0,5	4,7	6.967.192	7.481.123	7,4						
<b>4. ARRECADAÇÃO LIQUIDA R.1 - 12)</b>	<b>14.883.193</b>	<b>15.998.852</b>	<b>16.330.056</b>	<b>2,1</b>	<b>9,9</b>	<b>56.785.992</b>	<b>62.155.363</b>	<b>9,5</b>						
<b>4.1. ARRECADAÇÃO LIQUIDA R.1 - 12)</b>														
<b>4.1.1. PREVIDENCIÁRIO</b>														
-32.1.1. PREVIDENCIÁRIOS	(6.770.913)	(3.011.813)	(55,5)	(7,9)	(16.098.628)	(17.441.337)	8,2							
-32.1.1.1. Pagos pelo INSS	(5.006.636)	(8.700.918)	(4.910.035)	(43,6)	(1.191)	(22.788.481)	(25.021.008)	9,7						
-32.1.2. SENTENÇAS JUDICIAIS - TRF <sup>(9)</sup>	245.284	626.783	(810.652)	(229,3)	(430,5)	6.203.907	10.467.274	88,7						
-32.1.3. SALDO FINAL (1 + 2 - 3) <sup>(13)</sup>	9.763.356	15.448.753	14.555.083	(5,8)	49,2		14.555.356	14.555.083						

Elaboração: SPS/MPS

<sup>11) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida nei-</sup>

(b) Anexação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal

1000 regalamentado pelo Decreto nº 3.342/00.

*(...), egontamente, para esse efeito, em 11 de junho de 1933.*

(4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional.

Contribuições das Universidades com utilização de recursos do FINEP

6) Débitos recebidos em decorrência de Contrato de Assunção. Conf.

[...] Retenção da parte dela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas.

(8) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de

### 9) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de deque

*elos centralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.*

10) Reúne pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do

(III) Reúne as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas:

112) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos

113) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês de

18 • Maio de 2010 • n°05

**Tabela 3**  
**Relação entre a Arrecadação Líquida e a Despesa com Benefícios**  
**(R\$ milhões de Abr/2010 - INPC)**

Período	Arrecadação Bruta (1) (A)	Transferências a Terceiros (B)	Arrecadação Líquida C = (A - B)	Benefícios Previdenciários (2) (3) (4) (5) (D)	Valores em milhões R\$ de Abr/2010 - INPC	
					Relação % E=(D/C)	Saldo F= (C - D)
<b>Valores referentes ao acumulado até o mês de Abril, a preços de Abr/2010 INPC</b>						
2000	35.610	2.634	32.976	37.769	114,5	(4.793)
2001	38.497	3.122	35.375	40.344	114,0	(4.969)
2002	38.661	2.910	35.751	43.078	120,5	(7.327)
2003	36.487	2.889	33.599	42.197	125,6	(8.598)
2004	40.381	3.361	37.020	48.645	131,4	(11.626)
2005	44.256	3.038	41.218	54.783	132,9	(13.565)
2006	48.224	4.083	44.141	59.488	134,8	(15.347)
2007	53.919	5.120	48.799	65.493	134,2	(16.694)
2008	60.492	6.563	53.929	68.066	126,2	(14.136)
2009	63.726	6.967	56.759	72.856	128,4	(16.097)
2010	69.616	7.481	62.135	79.547	128,0	(17.411)
abr/08	15.533	1.421	14.112	17.224	122,0	(3.112)
mai/08	15.382	1.394	13.988	17.032	121,8	(3.045)
jun/08	15.602	1.420	14.182	17.320	122,1	(3.138)
jul/08	15.899	1.486	14.414	16.786	116,5	(2.372)
ago/08	15.788	1.445	14.343	18.757	130,8	(4.414)
set/08	16.099	1.520	14.579	22.630	155,2	(8.051)
out/08	16.053	1.497	14.556	16.618	114,2	(2.062)
nov/08	16.074	1.484	14.590	19.136	131,2	(4.546)
dez/08	26.155	1.516	24.639	22.775	92,4	1.864
jan/09	15.355	2.528	12.827	19.584	152,7	(6.757)
fev/09	15.474	1.477	13.996	16.746	119,6	(2.750)
mar/09	16.529	1.457	15.072	18.393	122,0	(3.321)
abr/09	16.369	1.505	14.863	18.133	122,0	(3.269)
mai/09	16.541	1.440	15.101	17.974	119,0	(2.873)
jun/09	16.194	1.509	14.686	18.217	124,0	(3.531)
jul/09	16.395	1.510	14.885	18.108	121,7	(3.223)
ago/09	16.467	1.477	14.990	20.395	136,1	(5.404)
set/09	16.198	1.552	14.645	24.179	165,1	(9.534)
out/09	16.935	1.522	15.412	18.289	118,7	(2.876)
nov/09	18.889	1.526	17.363	20.583	118,5	(3.219)
dez/09	27.969	1.596	26.373	24.563	93,1	1.810
jan/10	17.116	2.737	14.379	18.168	126,3	(3.788)
fev/10	17.027	1.600	15.427	19.263	124,9	(3.836)
mar/10	17.567	1.568	15.999	22.774	142,3	(6.776)
abr/10	17.906	1.576	16.330	19.342	118,4	(3.012)

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: SPS/MPS.

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Inclui Arrecadação do SIMPLES. A partir de 1999, inclui as restituições de arrecadação.

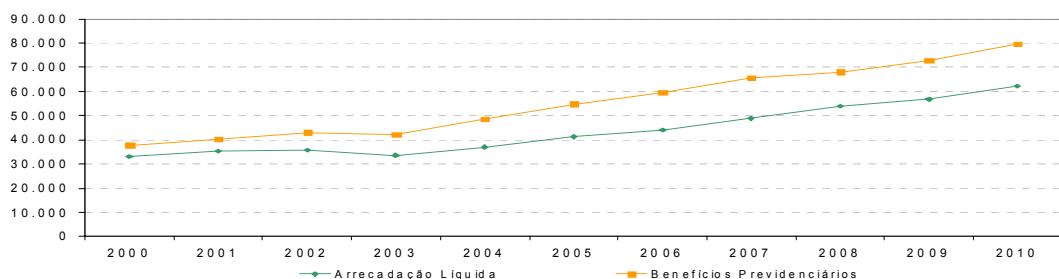
(2) Para o ano de 1993, estão sendo considerados os benefícios totais, isto é, previdenciários + especiais (EPU). A partir de 1994, consideram-se apenas os benefícios previdenciários.

(3) A partir de 1999, considera-se a devolução de benefícios.

(4) Nos meses de janeiro a julho de 1999, inclui valores de Imposto de Renda (IR) de benefícios previdenciários que foram provenientes de emissões de DARF sem transferência de recursos.

(5) Em Out/97, não foram provisionados recursos para pagamento de benefícios no montante de R\$ 2,288 bilhões, os quais foram pagos pela rede bancária, segundo acordo firmado com o INSS.

### Arrecadação Líquida X Despesa com Benefícios (acumulado até o mês de Abril de cada ano, em milhões de Abr/2010-INPC)



REMETENTE : Secretaria de Políticas de Previdência Social  
Esplanada dos Ministérios  
Bloco "F", 7º andar, sala 750  
Tels.: (0-XX-61) 2021-5011  
Fax: (0-XX-61) 2021-5408  
e-mail: [cgep@previdencia.gov.br](mailto:cgep@previdencia.gov.br)  
70.059-900 - Brasília/DF



**IMPRESSO**